

**TERMO DE REFERÊNCIA  
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA**

**1 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Credenciamento, sem qualquer exclusividade, de pessoas jurídicas de direito privado interessadas na concessão de descontos em serviços prestados ou no fornecimento de bens, beneficiando os segurados do Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Montes Claros (servidores ativos, aposentados e pensionistas), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

SOLUÇÕES DE ANTIVÍRUS COORPORATIVO			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA
01	Credenciamento, sem qualquer exclusividade, de pessoas jurídicas de direito privado interessadas na concessão de descontos em serviços prestados ou no fornecimento de bens, beneficiando os segurados do Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Montes Claros (servidores ativos, aposentados e pensionistas).	24732	SERVIÇO

- Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATSER e as constantes deste Termo de Referência prevalecerão as últimas.

1.2. O prazo de vigência deste Edital é indeterminado, contado a partir de sua publicação, sem prejuízo de eventuais alterações posteriores. Qualquer interessado poderá, a qualquer tempo, firmar termo de parceria com o Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Montes Claros, desde que atendidas as condições de habilitação e as regras de apresentação da proposta de descontos.

1.2. O Termo de Parceria terá vigência de 5 (cinco) anos, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser

Rua Viúva Francisco Ribeiro, 150 – Centro, 39400-114 Montes Claros – MG

Geral: (38) 2211-3880 / Perícia: (38) 2211-3896

 <https://prevmoc.mg.gov.br>



facebook.com/prevmoc



@prevmoc

renovado por igual período, limitado ao máximo de 10 (dez) anos.

1.3. O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Montes Claros poderá, a qualquer tempo, cancelar o Termo de Parceria caso a instituição ou empresa parceira descumpra as condições estabelecidas neste documento.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto do credenciamento não consta no Plano de Contratações Anual, pois não gera custos que exijam dotação orçamentária para a Administração. Dessa forma, não há a necessidade de consignação orçamentária nem a possibilidade de realização de pesquisa de mercado.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1 A descrição detalhada da solução está disponível em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexados a este Termo de Referência.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Subcontratação**

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **Garantia da contratação**

4.2 Não haverá exigência da garantia da contratação com base no artigo 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

### **Vistoria**

4.3 Não há necessidade de realização de vistoria.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

### **Condições de execução**

5.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica estabelecida neste Termo de Referência:

5.1.2 Após acolhimento da documentação necessária para credenciamento, bem como confirmada a habilitação do interessado após publicação dos termos de credenciamento, de homologação de credenciamento e o Termo de Parceria (assinada pelas representações tanto da credenciada quanto da credenciante), o mesmo será considerado apto para concessão de descontos em serviços prestados ou no fornecimento de bens.

### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.2 Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

### **Mecanismos formais de comunicação**

5.3 São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a credenciada e a credenciante, os seguintes:

a) Escritório;



b) E-mails e Cartas;

### **Critérios de medição e pagamento**

5.4 A implementação desse programa de benefícios não implicará ônus financeiro ao Instituto, visto que a concessão de descontos será oferecida voluntariamente pelas empresas interessadas.

## **6. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **6.1 Exigências de habilitação**

6.1.1 Previamente à celebração do Termo de Parceria, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.3 Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.4 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.5 O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

6.6 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, no qual serão apresentados todos os documentos por ele abrangidos.

6.7 É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

6.8 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

6.9 Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.10 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Rua Viúva Francisco Ribeiro, 150 – Centro, 39400-114 Montes Claros – MG

Geral: (38) 2211-3880 / Perícia: (38) 2211-3896

 <https://prevmoc.mg.gov.br>



facebook.com/prevmoc



@prevmoc

6.11 Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

**a) Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**b) Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**c) Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**e) Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

**f) Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

**h) Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

6.12 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### Habilitação fiscal, social e trabalhista

6.13 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

6.14 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Rua Viúva Francisco Ribeiro, 150 – Centro, 39400-114 Montes Claros – MG

Geral: (38) 2211-3880 / Perícia: (38) 2211-3896



<https://prevmoc.mg.gov.br>



facebook.com/prevmoc



@prevmoc

6.15 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

6.16 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

6.17 Prova de regularidade com a Fazenda *Estadual/Distrital*] ou *[Municipal/Distrital]* do domicílio ou sede do fornecedor;

6.18 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

## 7. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1 A implementação desse programa de benefícios não implicará ônus financeiro ao Instituto, visto que a concessão de descontos será oferecida voluntariamente pelas empresas interessadas.

## 8. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Não se aplica

**Montes Claros, 07 de março de 2025**

**Débora Fernandes Leal Braga**

Equipe de planejamento

**Ana Carolina Caldeira Botelho**

Equipe de planejamento

**Maria Clara Gonçalves Ribeiro**

Equipe de planejamento

Modelo utilizado: Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União - CNMLC

Atualização: maio/2023

Termo de Referência contratação de Serviços TIC - Licitação

Elaborado pela Secretaria de Gestão. Complementado e Uniformizado pela CNMLC

Identidade visual pela Secretaria de Gestão

Rua Viúva Francisco Ribeiro, 150 – Centro, 39400-114 Montes Claros – MG

Geral: (38) 2211-3880 / Perícia: (38) 2211-3896



<https://prevmoc.mg.gov.br>



facebook.com/prevmoc



@prevmoc

Assinado por 3 pessoas: DEBORA FERNANDES LEAL, MARIA CLARA GONÇALVES RIBEIRO e ANA CAROLINA CALDEIRA BOTELHO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://prevmoc.1doc.com.br/verificacao/141D-841D-6BC3-B62A> e informe o código 141D-841D-6BC3-B62A





## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 141D-841D-6BC3-B62A

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



DEBORA FERNANDES LEAL (CPF 111.XXX.XXX-32) em 07/03/2025 14:26:37 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



MARIA CLARA GONÇALVES RIBEIRO (CPF 125.XXX.XXX-25) em 07/03/2025 14:49:39 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



ANA CAROLINA CALDEIRA BOTELHO (CPF 095.XXX.XXX-09) em 10/03/2025 09:00:00 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://prevmoc.1doc.com.br/verificacao/141D-841D-6BC3-B62A>